

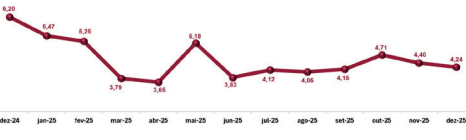


SENHORES ACIONISTAS, Em atendimento às disposições legais e regulamentares, a Fertilizantes Heringer S.A. apresenta, a seguir, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.

A variação cambial em 2025, foi positiva em R\$ 410,7 milhões, frente à de 2024 que foi negativa em R\$ 634,7 milhões. No período, a taxa de câmbio apresentou movimento relevante de apreciação do real frente ao dólar ao longo da maior parte do exercício. O câmbio encerrou 31/12/2025 em R\$ 5,50, comparado a R\$ 6,19 em 31/12/2024, representando valorização de 11,1% do real no período.

Table with columns: PERÍODO, TAXA DE CÂMBIO, Δ. Rows show exchange rates for 31/12/2024, 31/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025, and 31/12/2025 with percentage changes.

A trajetória foi marcada por forte apreciação no primeiro semestre (-7,3% no I/25 e -5,0% no II/25), manutenção do movimento no terceiro trimestre (-2,5%) e leve reversão no quarto trimestre (+3,5%). Apesar da recuperação do dólar no final do ano, o real permaneceu significativamente valorizado em relação ao encerramento de 2024.



No consolidado do período, a cotação das ações apresentou retração em relação ao encerramento do exercício anterior. O papel passou de R\$ 6,20 em dezembro de 2024 para R\$ 4,24 em dezembro de 2025. Ao longo do exercício, observou-se elevada volatilidade no primeiro semestre, com posterior estabilização das cotações na segunda metade do ano.

Entre os principais fundamentos da Heringer destacam-se o relevante potencial de atuação em um mercado em expansão e altamente competitivo, o foco estratégico no atendimento ao varejo e o elevado reconhecimento de sua marca.

DIREITO DOS ACIONISTAS De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Table showing PSDI (I), PSDI (II), and Outros incentivos recebidos from 2008 to 2025. Values range from 217,417 to 2,148,678.

Benefício fiscal de redução de ICMS: (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 25 de dezembro de 2025.

distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários. Em 31/12/2025, o quadro era composto por 853 colaboradores diretos, distribuídos em 830 empregados em geral, 3 estagiários e 20 aprendizes.

Relatório de Equidade - Lei nº 15.177/2025 Na Heringer, acreditamos que promover uma vida ativa e saudável também envolve construir uma cultura organizacional cada vez mais diversa e inclusiva - especialmente no que diz respeito à representatividade feminina em todos os níveis da Companhia. Esse compromisso está alinhado à Lei nº 15.177/2025 e reforça nossa convicção de que ambientes diversos são mais sustentáveis, inovadores e capazes de gerar valor no longo prazo.

A Heringer também realiza análises periódicas de sua estrutura organizacional e de remuneração com base em critérios objetivos, garantindo equidade, transparência e alinhamento às melhores práticas de mercado.

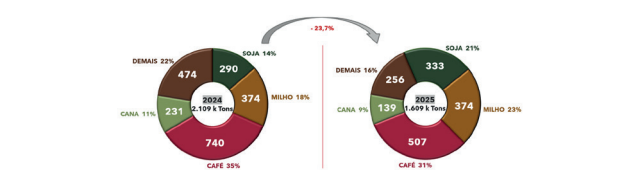
Table comparing 2024 and 2025 data for contracted employees (Colaboradores contratados) across categories: Alta Liderança, Profissionalistas, Operacionais. Metrics include Total de Contratações, Total de Mulheres, and Proporção.

Table comparing 2024 and 2025 data for employees (Colaboradores Empregados) across categories: Alta Liderança, Profissionalistas, Operacionais. Metrics include Total de Empregados, Total de Mulheres, and Proporção.

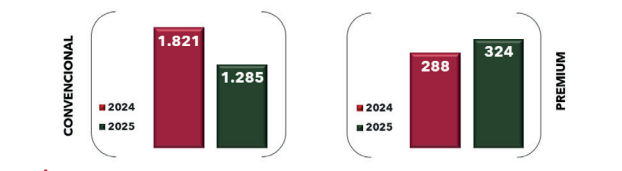
III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia: O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Table showing classification and relationship to 2025 salary (Classificação and Relação Salarial 2025) for Alta Liderança, Profissionalistas, and Operacionais.

CONCLUSÃO A Administração da Fertilizantes Heringer expressa seus agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e pelo apoio demonstrados à Companhia ao longo do exercício de 2025. Não obstante os desafios observados em determinados segmentos da economia, o agronegócio brasileiro mantém-se em patamares historicamente elevados de produção, com expectativa de safra superior a 35 milhões de toneladas no presente ano, cenário que poderá contribuir favoravelmente para o desempenho da Companhia.



Em 2025 foi marcado por mudança estrutural no mix de vendas, com aumento da participação dos produtos premium e redução relativa da linha convencional. Esse movimento evidencia a evolução estratégica do portfólio e reforça a expectativa de captura de ganhos de mercados futuros.



ECONÔMICO-FINANCEIRO Receita Líquida: atingiu R\$ 4.094,8 milhões, redução de 11,1% em relação aos R\$ 4.608,6 milhões em 2024. O desempenho reflete principalmente a retração no volume vendido no período, cerca de 24%, impactando diretamente a geração da receita.

Table with financial metrics for 2025 and 2024, including Volume, Receita Líquida, CPV, Resultado Bruto, Fretes e Comissões, V&A, Outras receitas operacionais, EBITDA, Resultado Financeiro Líquido, and Resultado Líquido.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais). Table showing assets and liabilities for both years.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing value added components like Receitas, Insumos adquiridos, Valor adicionado bruto, etc.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing cash flow from operations, financing, and investing activities.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing income statement details for 2025 and 2024.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing comprehensive income statement details.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais). Table showing changes in equity components.

Publicação certificada no dia 28/03/2026. Acesso à página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de armazenamento, mistura e distribuição, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Estrutura operacional e hibernação das unidades

Em 2025, a Companhia operou com 8 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuapé, e Três Corações/MG, Candéias/BA, Paulínia e Paulínia/2/SP, Paranaíba/PR e Rio Grande/RS), enquanto permaneceu com 7 unidades hibernadas (Catalão/GO, Rio Verde/GO, Dourados/MS Porto Alegre/RS, Iguatama/MG, Ourinhos/SP e Rosário do Catete/SC). No dia 05 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu iniciar processos de hibernação em algumas de suas plantas ativas, sendo elas: Paulínia e Paulínia/2/SP e Rio Grande/RS. A hibernação está sendo realizada de forma gradual, com a redução progressiva de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, estas unidades ainda apresentaram realização de atividades de industrialização e comercialização de fertilizantes.

Ressalta-se que no estado do Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de superfosfato simples ("SSP").

A hibernação temporária de unidades industriais constitui parte integrante da estratégia da Companhia de concentrar suas operações em plantas com maior eficiência logística, melhor proximidade dos mercados consumidores e maior potencial de geração de margens em produtos de maior valor agregado.

Alterações no ambiente regulatório e impactos estratégicos

Em 2022, foram implementadas alterações relevantes no arcabouço do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aplicável às atividades da Companhia. Com base em internas da Administração e em avaliações externas realizadas no contexto do processo de planejamento de negócios ao longo do exercício de 2025, foi identificado que tais alterações afetaram adversamente a rentabilidade de determinadas operações, especialmente aquelas localizadas em regiões com menor eficiência logística ou maior sensibilidade a custos tributários. Nesse contexto, e em conjunto com outras condições de mercado, a Administração decidiu implementar medidas de readequação da base operacional, incluindo a suspensão temporária ("hibernação") das atividades de determinadas unidades industriais ao longo de 2025. Essas medidas foram adotadas como parte de uma estratégia de otimização da estrutura produtiva, com foco na redução de custos estruturais, na preservação de margens operacionais e no alinhamento da Companhia ao seu planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Reorganização societária e controle acionário da Heringer

Em 28 de março de 2022, foi concluída a operação de aquisição do controle da Companhia pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Eurochem"), por meio da aquisição da totalidade das quotas da Heringer Participações Ltda., então controladora direta da Companhia.

Em 27 de junho de 2023, a Eurochem realizou leilão de oferta pública para aquisição de ações ordinárias adicionais da Companhia, passando a deter, direta e indiretamente, aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 10,02% das ações da Companhia permanecem em circulação no mercado (*free float*).

Em 03 de junho de 2025, a Companhia recebeu comunicação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão ("B3") informando que, considerando o prazo para enquadramento da Companhia ao percentual mínimo de ações em circulação no mercado ("*free float*") e o cenário macroeconômico, a Diretoria Executiva da B3 aprovou a extensão automática de prazo para o enquadramento do *free float* da Companhia, conforme comunicado aos acionistas e mercado em geral realizado na mesma data.

Referida autorização foi concedida em caráter automático e extraordinário pela B3 e, dessa forma, o novo prazo para que a Companhia restabeleça o *free float* em conformidade com o artigo 10 do Regulamento do Novo Mercado da B3, passa a ser até 31 de dezembro de 2026.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1. Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial. O plano de recuperação judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019 e homologado pelo juízo competente em 14 de fevereiro de 2020.

Em 22 de março de 2022, foi proferida sentença declarando encerrada a recuperação judicial da Companhia, considerando a evolução de sua capacidade operacional e financeira. Após a interposição de recursos, todos os quais tiveram seus provimentos negados ou foram desistidos, o trânsito em julgado foi confirmado em agosto de 2025, com o consequente arquivamento do processo.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 172.242 (prejuízo líquido de R\$ 1.154.741 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido negativo de R\$ 480.367 (R\$ 585.758 negativos em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.319.464 (R\$ 1.147.224 negativo em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia apresentou fluxo de caixa líquido das atividades operacionais negativo de R\$ 30.416 no exercício de 2025 (fluxo positivo de R\$ 231.499 em 2024).

Esses resultados de 2025, aliados à necessidade futura de readequação da base operacional, à redução dos volumes de operação, à existência de capacidade ociosa refletida, inclusive, na hibernação de determinadas unidades produtivas, às alterações no ambiente regulatório e tributário aplicável às atividades da Companhia, bem como a dependência de suporte financeiro do controlador para a manutenção de suas operações, constituem eventos e condições que, em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nesse contexto de incerteza, e buscando potenciais sinergias oriundas da Companhia integrar grupo econômico global produtor de fertilizantes, que considera o mercado brasileiro estratégico para seu planejamento e objetivos de longo prazo, medidas operacionais, comerciais e financeiras vêm sendo implementadas pela Administração da Companhia alinhadas com o planejamento estratégico global do grupo controlador visando a reversão desse cenário local adverso. Enquanto essas medidas não são consolidadas, o grupo controlador vem provendo a capacidade de compra e suprimento de matérias primas relevantes, e os recursos financeiros para o pagamento de seus compromissos de curto prazo, embora não exista a obrigação formal de aporte de recursos.

O julgamento da utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Administração na preparação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 considerou, além do alinhamento estratégico com o grupo controlador, as seguintes principais premissas operacionais e financeiras para o próximo exercício a findar em 31 de dezembro de 2026:

(i) manutenção de nível de líquido considerado adequado visando cumprir as necessidades de capital de giro da Companhia;

(ii) implementação no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de sua recorrência no exercício a findar em 31 de dezembro de 2026 de medidas de reestruturação operacional e financeira, incluindo a hibernação temporária de determinadas unidades industriais com foco na otimização de custos e na concentração das operações em plantas com maior eficiência logística e econômica, e por consequência redução nos estoques em níveis adequados para as suas operações;

(iii) maior racionalidade e equilíbrio nas despesas gerais e administrativas da Companhia;

(iv) maior esforço comercial em segmentos considerados de maior valor agregado. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que, caso as ações planejadas sejam concluídas, os recursos disponíveis irão garantir a continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, os acionistas da Companhia compartilham a visão da Administração na capacidade da Companhia e na continuidade do negócio. Com isso, a Administração e Acionistas acreditam que, as ações planejadas, apesar das incertezas de sua concretização, uma vez que algumas ações não estão sob seu controle, são suficientes para concluir que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas nas notas 2.7 e 2.8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.1. Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizados; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizados; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos e impostos a recuperar; (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (vi) revisão da vida útil do imobilizado; (vii) provisão para perdas nos estoques.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Classificação

Ativos, conforme balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa Custo amortizado

Contas a receber de clientes Custo amortizado

Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados Custo amortizado

Depósitos judiciais Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados a demonstração do resultado.

(i) Custo amortizado

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de valor não reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

c. Caixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando em seu reconhecimento inicial o passivo financeiro for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou designado como tal será mensurado ao valor justo (VJR) e seu resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos.

Adespesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

2.2.2 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a premissa de continuidade das operações.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa 17. As provisões para contingência são constituídas para certos graus de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizados

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 11.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizados

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercado de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa ("UGC").

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulada de exercícios anteriores e efeitos do ano corrente.

2.7 Novas normas que entram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(i) IASB e o IFRS Interpretations Committee ("IFRIC") emitiram determinadas normas e alterações ou interpretações de normas existentes que entram em vigor e que foram por nós aplicadas. Em 2025, adotamos as seguintes normas, alterações e melhorias atuais, sem impacto material em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);

(ii) Adições do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de conversibilidade;

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas nesse fechamento anual

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras por não serem obrigatórias.

(i) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu mudanças direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e

- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva ao período comparativo que será encerrado em 2026. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais, que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal do lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

(iii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027); para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária;
- Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS - Volume 11: consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 17) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de compra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo não para investimentos ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Ativo: Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, Diferenças temporárias, Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Passivo: Ajuste a valor justo - instrumento financeiro, Ganhos sobre alienação de imobilizado, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Imposto de renda e contribuição social no resultado, Diferido, etc.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, Aliquota nominal dos tributos, etc.

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

Table with columns for Ativo, Passivo, and Liquido. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 1º de janeiro de 2025, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

8. Outros ativos

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Adiantamento a fornecedores (matéria-prima), Estoque para industrialização em nosso poder, etc.

9. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., que detém 28,50% das ações, a OCP International Cooperative U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Ativo: Contas a receber, Fertilizantes Tocantins S.A. (i), OCP S.A., etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Outros ativos: Salitre Fertilizantes LTDA (i), Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (i), etc.

(i) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Passivo Circulante: Fornecedores, Eurochem Trading Middle East DMCC (ii), etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Fornecedores RJ: Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, OCP, SAFTCO, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Empréstimos - RJ: Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Outros passivos: Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii), Fertilizantes Tocantins S.A. (ii), etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Passivo não circulante: Fornecedores - RJ, Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Empréstimos - RJ: Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Taxa de juros contratual, Data de Vencimento, Taxa de juros efetiva.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Resultado: Receita bruta, Fertilizantes Tocantins S.A. (iii), etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Custos sobre permuta e industrialização: Fertilizantes Tocantins S.A. (v), etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Outras receitas operacionais: OCP Fertilizantes S.A., Fertilizantes Tocantins S.A., etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Outras (despesas) receitas: Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Despesas financeiras: Juros recuperação judicial, Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Compras: Corrijo fertilizantes FZ-LLC, Eurochem Trading Middle East DMCC, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Salários e encargos, Honorários dos administradores, etc.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Outros investimentos (FIDC): A Companhia mantém investimento no FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento, etc.

10. Outros investimentos (FIDC)

A Companhia mantém investimento no FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento, estruturado com o objetivo de antecipar os recebíveis originados das operações comerciais da própria Companhia, que atua simultaneamente como cedente dos direitos creditórios e detentora das cotas subordinadas do fundo.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Fundo: FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento, etc.

11. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Edifícios e construções, Máquinas, equipamentos e instalações industriais, etc.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Terrenos, Edifícios e instalações industriais, Máquinas e equipamentos, etc.

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somadas à paralisação de certas unidades produtivas (Nota 1.2), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Ativo imobilizado, Ativo recuperável das UGCs das unidades da Companhia, etc.

Ativo imobilizado recuperável das UGCs das unidades da Companhia é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas as unidades da Companhia.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.

Método de custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros itens ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente a avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima e considerada a hierarquia da despesa de venda visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Máquinas, equipamentos industriais: O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPIM-FGV, ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica "Curva de Iowa L2", de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

Terenos, edifícios e construções: Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados de mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas físicas, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padronizados oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com o teste de impairment - CPC01 - Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constabou-se uma reversão do impairment provisionado em períodos anteriores sobre, principalmente, a classe de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 17.232.

12. Intangível

O ativo intangível apresenta movimentação como segue:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Sof-tware, Direitos de uso, Marcas e Patentes, etc.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total da remuneração do pessoal-chave da Administração foi como segue:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Salários e encargos, Honorários dos administradores, etc.

13. Arrendamentos

A Companhia reconhece, no balanço patrimonial, os ativos de direito de uso correspondentes aos bens arrendados e os respectivos passivos de arrendamento, referentes às obrigações de pagamento assumidas em contratos que se enquadram na definição de arrendamento. Esses saldos refletem os contratos vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

Os contratos de arrendamento também impactam o resultado do exercício por meio da depreciação dos ativos de direito de uso e do reconhecimento de encargos de juros sobre os passivos de arrendamento. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os pagamentos relacionados aos arrendamentos são apresentados separadamente, com a parcela de juros classificada como fluxo de caixa das atividades operacionais e a amortização do principal como fluxo de caixa das atividades.

A) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Ativos de direito de uso: Edifícios, Máquinas e Equipamentos, etc.

B) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Encargos de amortização: Edifícios, Máquinas e Equipamentos, etc.

Juros

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Despesas com juros sobre direito de uso.

14. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação são amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Contas a pagar no país, Contas a pagar no exterior (i), etc.

(i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores terceiros no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação são amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 27.

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Capital de giro, FIDC - Eurochem, etc.

(i) Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é cobrada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

(ii) Contrato de cessão de direitos creditórios sobre recebíveis da Companhia com o Fundo de Investimentos Eurochem Fiagro, cujo vencimento é o recebimento do título. Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

a. Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Capital de giro, Produto rural, etc.

Em 1º de janeiro de 2024, 19.058, 6.638, 25.696. Captações: 132.089, 1.445, 133.534. (-) Pagamento de principal: (128.827), (6.638), (135.465). (-) Pagamento de juros: (3.275), - , (3.275). Provisão de juros: 4.084, - , 4.084.

Em 31 de dezembro de 2024, 23.129, 1.445, 24.574. Em 1º de janeiro de 2025, 23.129, 1.445, 24.574. Captações: 163.568, - , 163.568. (-) Pagamento de principal: (119.877), (1.445), (121.322). Provisão de juros: 1.126, - , 1.126.

16. Dívidas inscritas na Recuperação Judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 03 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da recuperação judicial foram renovados, passando a vigorar as condições apresentadas no Plano de Recuperação Judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursuais originalmente submetidos à recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 1.300.796 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.390.105 em 31 de dezembro de 2024), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Fornecedores - RJ, Classe II - Garantia Real, etc.

Salários e encargos sociais Classe I - Trabalhista: 91, 91. Circulante: 91, 91. Total: 1.300.796, 1.390.105.

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Opção de Pagamento, Em 1º de janeiro de 2024, etc.

Os vencimentos finais das dívidas inscritas na recuperação são como segue:

Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Prazo de pagamento, Vencimento final, etc.

Os valores constantes com vencidos na classe I - trabalhista, referem-se a pagamentos que foram efetuados a ex-colaboradores com saldos habilitados na recuperação judicial, que foram devolvidos em função de incorreções em suas contas bancárias.

17. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração da Companhia, amparada pela avaliação de seus consultores legais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para contingências é composta como segue:



FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

31 de dezembro de 2025 31 de dezembro de 2024

Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	6.222	4.035
Trabalhistas e previdenciárias (a)	66.072	56.591
Cíveis e ambientais	18.319	12.497
Total da provisão para contingências	90.613	73.123

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a reclamações individuais e coletivas considerando pedidos de verbas rescisórias por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários (INSS e FGTS). A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de necessidade provável de desembolso de caixa.

Saldo inicial	73.123	73.004
Constituição (reversão) de provisões	12.960	119
Atualização monetária	4.530	-
Saldo final	90.613	73.123

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Tributárias e administrativas	14.858	12.199
Cíveis e ambientais	342	1.483
Previdenciárias	1.853	2.109
Trabalhistas	5.699	2.804
Saldo de Depósitos Judiciais - Ativo Não Circulante	22.752	18.595

c. Passivos contingentes
A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração da Companhia e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Tributárias e administrativas (i)	219.369	197.419
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	27.296	21.699
Cíveis e ambientais (iii)	75.717	19.734
	322.382	238.852

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.
(i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, a autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, no montante de R\$ 180.532. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 29.692, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	-	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	2.062	41.136
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	2.062	273.363

Benefício fiscal de redução de ICMS
Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.
Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

20. Resultado por ação
A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os períodos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação).

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(172.242)	(1.154.741)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.847
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$ (3,1981)	(3,1981)	(21,4409)

Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram transações com ações ordinárias potencialmente diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.
21. Receita operacional líquida
A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Vendas brutas de produtos	4.244.365	4.766.847
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(127.207)	(147.707)
Devoluções das vendas	(22.847)	(14.556)
Perdas esperadas nos recebimentos das vendas	(434)	2.831
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	701	647
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	192	522
	4.094.770	4.608.584

Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Regiões		
Sudeste	1.957.456	2.850.180
Norte-Nordeste	925.643	916.977
Centro-Oeste	323.952	433.152
Sul	887.719	408.275
	4.094.770	4.608.584

Passivo de contrato
A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Passivos de contrato	151.730	94.005
	151.730	94.005

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida em que a obrigação de performance seja satisfeita, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

22. Custo e despesas por natureza
Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes.
As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.
Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.
A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto, nenhuma provisão foi constituída.

(ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
(iii) As ações cíveis com pedidos de regresso e reparação por perdas e danos.
d. Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos
Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.
Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 46.777 (R\$ 45.011 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal (nota 6).

18. Outros Passivos
31 de dezembro de 2025 31 de dezembro de 2024

Demurrage a pagar	28.502	51.708
Custo de importação a pagar	22.461	32.083
Provisão de comissões	5.815	4.229
Provisão de Fretes	10.429	13.342
Provisão de Serviços logísticos a pagar	23.310	-
Representantes comerciais a pagar	263	106
Outras contas a pagar (i)	5.963	10.926
	96.843	112.394

(i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos e serviços.
19. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
a. Capital social
O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518, e está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial
O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS. Esse valor sofre movimentação em decorrência da depreciação dos itens do imobilizado com custo atribuído em exercícios anteriores.
c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2025, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 2.062, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde dezembro de 2008.
Até 31 de dezembro de 2025, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionada, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimo e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (24.574) (24.574)
Emprestimos e financiamentos RJ (495.105) (495.105)
Fornecedores (2.372.885) (2.372.885)
Fornecedores RJ (894.909) (894.909)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (83.975) (83.975)
Total (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que as taxas de remuneração dos contratos estão próximas às taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, o valor justo dessas operações se equipara ao valor contábil.
Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Matérias-primas e materiais de produção	3.832.154	4.284.339
Despesas com transporte	68.066	111.752
Despesas com pessoal (Nota 26)	214.900	221.985
Depreciação e amortização	91.355	60.683
Despesas comerciais	35.750	44.839
Arrendamentos mercantis operacionais	535	1.976
Participação nos resultados (Nota 26)	(4.934)	8.590
Despesas com consultorias	27.052	13.464
Despesas com publicidade	1.168	1.257
Outros gastos (i)	112.154	114.171
	4.378.201	4.863.056

Classificados como:
Custos dos produtos vendidos 4.088.575 4.476.709
Despesas com vendas 152.505 169.034
Perdas incorridas com crédito de liquidação duvidosa 10.965 19.965
Despesas gerais e administrativas 126.156 197.348
Total 4.378.201 4.863.056

23. Outras receitas (despesa operacional)
Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Tributos federais sobre "Outras Despesas"	(856)	(1.872)
Perda na alienação de ativos imobilizados	1.168	(80)
Multas Diversas	(434)	(347)
Provisões em processos	(12.960)	(12,960)
Outras despesas operacionais	(126)	(2.299)
	(14.376)	(2.299)

Bonificação de Compras 3.312 216
Ganhos com alienação de Ativos 17.732 -
Reversão de Impairment 9.336 3.716
Outras Receitas Operacionais 30.380 3.932
Total 60.044 1.633

(i) Refere-se basicamente ao registro de receitas com Despatch (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.
24. Variação cambial, líquida
As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

31 de dezembro de 2025 31 de dezembro de 2024

Variação cambial ativa	752.870	102.742
Variação cambial passiva	(342.136)	(737.393)
Variação cambial, líquida (i)	410.734	(634.651)

(i) Variação cambial gerada em decorrência da volatilidade do dólar sobre as dívidas inscritas na Recuperação Judicial, bem como fornecedores a pagar em dólar, referente à aquisição de matérias-primas importadas. A variação cambial do dólar entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 teve impactos positivos significativos no resultado da Companhia. A volatilidade da moeda americana afetou diretamente as dívidas inscritas na recuperação judicial no montante de R\$ 214.496, assim como os saldos a pagar em dólar para fornecedores de matérias-primas importadas no montante de R\$ 136.238. Devido à valorização do real, houve uma redução no valor das dívidas denominadas em moeda estrangeira, o que resultou em menores encargos de variação cambial no exercício corrente. Essa redução nas obrigações financeiras impactou positivamente o resultado financeiro da Companhia.

25. Despesas financeiras, líquidas
As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Despesas financeiras	(263.268)	(203.511)
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação Judicial	(9.680)	(4.095)
Juros sobre passivos financeiros	-	(20.522)
Despesas com ajustes a valor presente	(22.365)	(9.714)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(4.867)	(8.663)
Descontos concedidos	(115)	(357)
Despesas com ajustes a valor justo	(24.181)	-
Outras Despesas Financeiras (i)	(7.512)	(919)
Variações monetárias passivas	(331.968)	(247.161)

Receitas financeiras
Receitas com ajustes a valor presente 99.919 13.994
Variações monetárias ativas 4.559 39.048
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos 20.956 8.373
Receitas com ajuste a valor justo 125.434 117.530
Rendimentos sobre aplicações financeiras (206.554) (135.251)

(i) Reconhecimento no resultado do registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira, a qual a Companhia é cobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário.

26. Despesas com empregados
As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Ordenados e salários	90.742	98.027
Benefícios adicionais (i)	47.659	41.457
Compartilhamento de gastos	13.601	27.850
Custos de previdência social	25.854	24.290
Benefícios previstos em Lei	24.365	17.261
Indenizações	12.680	13.140
	214.901	221.985
Participação nos resultados	(4.934)	8.590
	209.967	230.575

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.
27. Instrumentos financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

31 de dezembro de 2025	
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	100.542
Custo Amortizado	100.542
Total	100.542

Ativos, conforme balanço patrimonial
Caixa e equivalentes de caixa - 100.542 100.542
Contas a receber de clientes - 164.252 164.252
Outros ativos - 48.167 48.167
Depósitos judiciais - 22.752 22.752
Contingências - (90.613) (90.613)
Total - 245.100 197.966

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimo e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados (3.871.448) (3.871.448)

Passivos, conforme balanço patrimonial
Emprestimos e financiamentos (175.688) (175.688)
Emprestimos e financiamentos RJ (475.373) (475.373)
Fornecedores (576.882) (576.882)
Fornecedores RJ (825.332) (825.332

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

sentada dependência de insumos importados, inclusive do Oriente Médio, estando, portanto, exposta à volatilidade de preços em seus custos (incluindo câmbio) e à disponibilidade de desses insumos no mercado internacional.

A Companhia, em conjunto com sua controladora, que atua globalmente no mercado de fertilizantes (e também é provedora de insumos primários), está acompanhando o desfecho desses conflitos no Oriente Médio e das medidas recentemente adotadas por países fornecedores, simulando cenários econômicos e financeiros com potenciais reflexos sobre contratos de suprimento, níveis de estoques e estratégias de mitigação de riscos de mercado (entre eles o risco cambial) e avaliando potenciais efeitos sobre os custos de aquisição de matérias-primas e fretes, margens operacionais e capital de giro para os próximos meses. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avalia que a suspensão temporária das exportações russas não traz impactos relevantes de curto prazo para a Companhia, não afetando seu negócio, a execução de seus contratos nem sua carteira de clientes. Contudo, caso as suspensões e/ou interrupções globais no fornecimento de fertilizantes perdurem, poderão impactar o plano de vendas da Companhia, assim, a Companhia encontra-se em negociações constantes com fornecedores para reavaliar potenciais impactos e alternativas de mitigação.

Conforme divulgado na Nota 1.2, sobre continuidade operacional, a Companhia entende que as medidas planejadas e em implementação nos últimos exercícios para a reestruturação de sua operação no Brasil, bem como o histórico de suporte financeiro do acionista controlador, inclusive por meio da provisão de capital de giro quando necessário, consubstanciam a premissa de continuidade das operações na preparação destas demonstrações financeiras aprovadas em 27 de março de 2026. Por consequência, não foram refletidos ajustes e alterações nas principais estimativas divulgadas na Nota Explicativa 28 decorrentes desse evento subsequente.

Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu o IBS, CBS e IS - novos tributos no âmbito da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A reforma tributária introduziu mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças está a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), um modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. O novo sistema tributário entrará em vigor a partir de 2026, sendo implementado de forma gradual, com plena adoção prevista para 2033. A Companhia está avaliando o impacto da reforma em suas operações e se preparando para atender aos novos requisitos.

Composição da Diretoria

Gustavo Oubinha Barreiro - Diretor Presidente

Vladislav Guz - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico: Hugomar Spelta Martins - Contador CRC ES-008017/0-4-S-SP

Parer do Comitê de Auditoria não Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes ("KPMG Auditores Independentes Ltda.") emitido sem ressalva e com ênfase sobre continuidade operacional, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado "Demonstrações Financeiras"). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação às referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Flávio Cesar Maia Luz - Coordenador e membro efetivo

John Alexander Harold Auton - Membro Efetivo

Pedro Pereira de Sá - Membro Efetivo

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria não Estatutário Referente ao Ciclo das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não Estatutário, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê foi composto pelos seguintes membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social: José Roberto Lopes, Leomir Pereira dos Santos, Alexandre Yoti Fujimoto, Flávio Cesar Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá.

1- **Período de 01/01/2025 até 03/07/2025:** srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes, Alexandre Yoti Fujimoto e Leomir Pereira dos Santos;

2- **Período de 04/07/2025 até 02/09/2025:** srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Alexandre Yoti Fujimoto;

3- **Período de 03/09/2025 até 07/10/2025:** srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Fausto Pereira Gouveia;

4- **Período de 08/10/2025 até 29/12/2025:** srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e John Alexander Harold Auton;

5- **A partir de 30/12/2025:** srs. Flávio César Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá;

Desde 06 de janeiro de 2026 os membros efetivos do Comitê são: Srs Flávio César Maia Luz (coordenador), John Alexander Harold Auton (especialista contábil e de auditoria independente) e Pedro Pereira de Sá (membro independente).

Funções, deveres e responsabilidades do comitê de auditoria não estatutário Conforme artigo 3º de seu Regimento Interno, compete ao Comitê:

(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, bem como acompanhar o orçamento anual e o orçamento de capital da Companhia;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, em observância à Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de políticas, regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Relacionamento com os auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis preparadas pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujos termos são efetivados de acordo com as normas de auditoria vigentes.

O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de seus exames de auditoria conduzidos de acordo com as normas de auditoria e representa a sua opinião, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira da Companhia, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial das Informações trimestrais ("ITRS") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 devidamente divulgadas ao mercado e à CVM conforme suas orientações e requerimentos legais.

Atividades exercidas pelo Comitê para o Ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Nos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, trimestralmente, respeitando as Informações Trimestrais (ITRS). Neste sentido, os membros do Comitê se reuniram 8 (oito) vezes no período entre janeiro de 2025 a dezembro de 2025, além de reuniões realizadas entre janeiro e março de 2026 ("Período").

Todos os assuntos, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no Período foram:

(a) aprovação do cronograma de atividades do Comitê de Auditoria para o ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(b) recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca da contratação ou renovação da empresa de auditoria independente da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(c) apreciar à troca de consultoria prestadora de serviços de auditoria interna da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(d) analisar as Informações Trimestrais (ITRS) relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025, discutir com os auditores independentes os procedimentos efetuados de revisão intermediária e conclusões alcançadas, visando assim apreciar as mesmas para aprovação pelo Conselho de Administração e arquivamento na CVM;

(e) analisar e discutir com a Administração os principais riscos mapeados pela Companhia, visando planejamento de mitigação dos mesmos na forma de procedimentos a serem executados em exames de auditoria interna (consultores terceirizados) e auditores independentes;

(f) discutir e analisar: (i) dos principais controles internos da Companhia em ciclos operacionais críticos e ciclo de fechamento contábil e preparação dos relatórios financeiros, (ii) dos processos de estruturação interna de equipes de controles internos, (iii) da função de processos dos ciclos de Receitas, Créditos, Contas a Receber e Compras pela revisão terceirizada de auditoria interna e (iv) do status de remediação das deficiências identificadas pelos auditores independentes ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e comunicadas ao Comitê e Administração pela KPMG;

(g) discutir os exames de auditoria interna efetuados nos ciclos operacionais mais críticos da Companhia pelas empresas de consultoria prestadoras de serviços de auditoria interna para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as conclusões alcançadas;

(h) analisar e apreciar o plano anual de auditoria independente apresentado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(i) discutir com a Administração a atualização de informações referentes às denúncias capturadas pelos diferentes canais de comunicação da Companhia, e a necessidade de investigações pela Companhia, quando aplicáveis;

(j) analisar os principais aspectos e impactos da Reforma Tributária para a Companhia em 31 de dezembro de 2025 e nos próximos exercícios fiscais;

(k) discussão com a Administração sobre a potencial adoção de política de hedge e instrumentos financeiros derivativos em 2026 visando minimizar a exposição a risco decorrente de variação cambial;

(l) status das principais contingências passivas da Companhia em ações judiciais que impactam as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(m) reuniões de *on boarding* de novos integrantes do Comitê durante o exercício;

(n) analisar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e discutir os exames de auditoria planejados e efetuados pela auditoria independente da Companhia visando entender a mitigação dos principais riscos de auditoria comunicados ao Comitê no plano anual de auditoria 2025 e as conclusões alcançadas;

(o) aprovação da emissão do relatório anual resumido de atividades, análises e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca

das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, examinadas pelos auditores independentes; Cumprir destacar que visando cumprir com as suas atribuições e supervisão das informações financeiras e dos controles internos da Companhia, houve quando aplicável:

- A participação da diretoria financeira, controladoria e jurídica nas reuniões realizadas pelo Comitê.
- A participação das empresas de consultoria especializadas em auditoria interna visando discutir os resultados dos exames de auditoria interna executados durante o ciclo anual.
- A participação dos auditores independentes KPMG em reuniões com o Comitê visando discutir o Plano Anual de Auditoria Independente, bem como a comunicação de suas conclusões para as revisões trimestrais e exame anual.

A atuação do Comitê esteve orientada pelo fortalecimento dos mecanismos de supervisão, transparência e conformidade, contribuindo para o assessoramento técnico ao Conselho de Administração e para o aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Heringer.

Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança e visando ao aprimoramento contínuo dos processos de governança e conformidade, o Comitê também analisou as denúncias registradas no Canal de Denúncias da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Recomendações do Comitê a Companhia em relação ao Ambiente de Controles Internos e sua Governança

Considerando as análises, estudos, discussões e melhorias identificadas ao longo das reuniões ocorridas em 2025, o Comitê recomenda aos Administradores da Companhia:

- avaliação da estrutura de área dedicada a implementação de controles internos e governança visando auxiliar a administração tática e operacional da Companhia no atingimento de suas metas com o devido balanceamento e mitigação dos riscos inerentes ao seu negócio e com foco contínuo na atualização, melhoria e monitoramento dos riscos da Heringer ("matriz de riscos periodicamente revisada);
- implementação e aprimoramento contínuo de controles internos como foco em:

- (i) definição clara das "atividades de controles internos" relevantes de cada Diretoria/Gestor em relação aos processos críticos sob sua responsabilidade; (ii) definição dos procedimentos e prazo para execução e os responsáveis diretos de cada item de controle; e

- ampliar o nível de treinamento integrado e multidisciplinar visando o desenvolvimento de seus colaboradores para a contínua reposição do quadro administrativo e operacional da Heringer.

Conclusões sobre o ciclo das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes ("KPMG Auditores Independentes Ltda.") emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado "Demonstrações Financeiras"). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação às referidas Demonstrações Financeiras.

Paulínia, 27 de março de 2026.

Flávio Cesar Maia Luz - Coordenador e membro efetivo

John Alexander Harold Auton - Membro Efetivo

Pedro Pereira de Sá - Membro Efetivo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Sobre o Parer dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 23 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Gustavo Oubinha Barreiro - Diretor Presidente

Vladislav Guz - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa relação com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de março de 2026

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F
Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/0-0

www.heringer.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

